

Governo de Rondônia desiste de contestações

PAULO SILVA PINTO
da Sucursal de Brasília

Para evitar a perda de um financiamento do Bird (Banco Mundial), o governo de Rondônia retirou da Funai (Fundação Nacional do Índio), na sexta-feira, sete ações que contestam áreas indígenas no Estado.

Em carta ao Ministério da Justiça, o governo de Rondônia afirma que a decisão de retirar as contestações ocorreu por "conveniência política e administrativa".

O Estado havia apresentado em abril cinco contestações à área de Uru-eu-wau-wau e também às áreas de Karibuna e rio Omeré, o que provocou reação do Banco Mundial.

O Bird participa do Projeto Panafloro, que prevê investimentos de R\$ 228 milhões em Rondônia para obras de infra-estrutura, meio ambiente e também de proteção aos índios.

No ano passado o Panafloro recebeu R\$ 50 milhões. Só o item de proteção às terras indígenas prevê ainda R\$ 3,9 milhões.

A fatura não vai ser paga pelo governo de Rondônia, e sim pelo governo federal.

Após entrar com as contestações sobre terras indígenas, o governo do Estado recebeu uma visita de técnicos do Banco Mundial.

"Se você empresta dinheiro para alguém cuidar de alguma coisa, espera-se que a pessoa não conteste a existência deste objeto", disse o representante do Bird em Cuiabá (MT), Francesco Vita.

O departamento jurídico do Banco, em Washington, começou a analisar a possibilidade de sanções ao Estado.

O governador de Rondônia, Valdir Raupp (PMDB), disse à Folha que as contestações eram apenas "uma contribuição ao governo" para analisar a questão, já que existem posseiros e garimpeiros nas terras que se julgam no direito de permanecer nas áreas.

Raupp afirmou, há duas semanas, que não estava preocupado em perder o dinheiro do Banco Mundial. "É tudo tão controlado, tão cheio de vinculações que, daqui a pouco, eu é que vou dizer que não quero mais", disse.

As contestações de terras indígenas foram permitidas pelo decreto 1.775, de janeiro de 96.

A Funai tem um mês para concluir os estudos e emitir pareceres sobre 531 contestações dos limites de 45 áreas indígenas.

No dia 8 de abril, terminou o prazo para apresentação de contestações de 152 áreas.

Documentação

F&P
10/5/96 to 1-7
284